



Embratel Participações S.A.

Demonstrações Contábeis Acompanhadas do
Parecer dos Auditores Independentes

31 de Dezembro de 2001 e 2000

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Embratel Participações S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira individual e consolidada da Embratel Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

Fernando Marotta
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-1-RJ-012.214/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

A T I V O

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
CIRCULANTE		49.236	249.202	3.377.607	3.399.485
		-----	-----	-----	-----
Disponibilidades	12	20.875	23.636	652.153	422.614
Contas a receber de serviços	13	-	-	1.929.278	2.453.235
Tributos diferidos e a recuperar	14	28.361	36.617	606.191	406.670
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	-	188.911	-	-
Outros ativos		-	38	189.985	116.966
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.516	5.583	899.031	567.395
		-----	-----	-----	-----
Tributos diferidos e a recuperar	14	-	-	490.604	268.142
Depósitos judiciais		12.516	5.583	341.562	285.997
Outros ativos		-	-	66.865	13.256
PERMANENTE		5.344.538	6.074.881	8.181.438	7.795.477
		-----	-----	-----	-----
Investimentos	15	5.344.538	6.074.881	169.627	328.352
Imobilizado	16	-	-	7.849.429	7.467.125
Diferido	17	-	-	162.382	-
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		5.406.290	6.329.666	12.458.076	11.762.357
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
CIRCULANTE		46.187	246.581	3.497.864	3.611.961
		-----	-----	-----	-----
Pessoal, encargos e benefícios sociais		2	2	99.202	100.921
Contas a pagar e despesas provisionadas	18	1	124	1.569.123	1.405.084
Impostos, taxas e contribuições	19	22.606	42.435	450.308	709.446
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	23.565	203.875	30.240	206.404
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.079.953	881.899
Provisão para contingências	21	-	-	33.573	27.335
Participação de empregados nos resultados		-	-	22.610	28.306
Passivo atuarial - Telos	22	-	-	61.506	61.725
Controladas e coligadas	24	3	100	39.091	18.615
Outras obrigações		10	45	112.258	172.226
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		13.431	915	3.236.877	1.745.721
		-----	-----	-----	-----
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	2.648.157	1.364.390
Passivo atuarial - Telos	22	-	-	358.343	211.103
Impostos, taxas e contribuições	19	12.516	-	229.462	169.313
Recursos capitalizáveis		915	915	915	915
RECEITAS ANTECIPADAS		-	-	132.038	110.627
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	244.625	211.878
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	5.346.672	6.082.170	5.346.672	6.082.170
		-----	-----	-----	-----
Capital social realizado		2.273.913	2.134.427	2.273.913	2.134.427
Reserva de lucros		1.912.113	1.912.113	1.912.113	1.912.113
Ações em tesouraria		(41.101)	(41.475)	(41.101)	(41.475)
Lucros acumulados		1.201.747	2.077.105	1.201.747	2.077.105
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo		5.406.290	6.329.666	12.458.076	11.762.357
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:					
Serviços de telecomunicações		-	-	10.052.001	8.954.688
Deduções da receita bruta		-	-	(2.591.045)	(2.240.180)
		-----	-----	-----	-----
Receita operacional líquida	5	-	-	7.460.956	6.714.508
Custo dos serviços prestados	6	-	-	(4.954.802)	(4.399.267)
		-----	-----	-----	-----
Lucro bruto		-	-	2.506.154	2.315.241
		-----	-----	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
		(542.380)	586.721	(2.552.350)	(1.468.432)
		-----	-----	-----	-----
Comercialização dos serviços	7	-	-	(1.579.596)	(795.470)
Gerais e administrativas	8	(3.216)	(10.139)	(969.803)	(660.712)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(321)	(2.951)	(12.250)
Resultado de equivalência patrimonial		(539.164)	597.181	-	-
		-----	-----	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
		(542.380)	586.721	(46.196)	846.809
		-----	-----	-----	-----
Resultado financeiro	9	1.711	37.056	(636.500)	(341.333)
		-----	-----	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL					
		(540.669)	623.777	(682.696)	505.476
		-----	-----	-----	-----
Resultado não operacional	10	(29)	-	(75.902)	111.224
		-----	-----	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES					
		(540.698)	623.777	(758.598)	616.700
		-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11	(4.059)	(7.336)	222.088	(145.312)
Participação de empregados nos resultados		-	-	(18.155)	(36.775)
Participação minoritária		-	-	(5.526)	(10.540)
		-----	-----	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO					
		(544.757)	616.441	(560.191)	424.073
		-----	-----	-----	-----
Reversão de juros sobre capital próprio		-	(38.611)	6.520	153.017
		-----	-----	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
	23	(544.757)	577.830	(553.671)	577.090
		=====	=====	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LÔTES DE MIL)					
		332.932.361	332.919.028		
		=====	=====		
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES					
		(1,64)	1,74		
		===	===		

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

	Controladora					
	Capital social realizado	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	2.134.427	161.600	1.928.325	(39.888)	1.533.595	5.718.059
Recompra de ações	-	-	-	(5.047)	-	(5.047)
Alienação de ações	-	-	-	3.460	(622)	2.838
Realização da reserva de lucros	-	-	(206.703)	-	206.703	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	577.830	577.830
Destinação de lucros-						
Constituição de reserva legal	-	28.891	-	-	(28.891)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(150.665)	(150.665)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(60.845)	(60.845)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	2.134.427	190.491	1.721.622	(41.475)	2.077.105	6.082.170
Aumento do capital social com lucros acumulados	139.486	-	-	-	(139.486)	-
Recompra de ações	-	-	-	-	(65)	(65)
Alienação de ações	-	-	-	374	-	374
Ajustes do exercício anterior - Plano de Assistência Médica para Aposentados (Instrução CVM nº 371) - Nota 22	-	-	-	-	(191.050)	(191.050)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(544.757)	(544.757)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	2.273.913	190.491	1.721.622	(41.101)	1.201.747	5.346.672
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
		1.912.113				
		=====				

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
ORIGENS DE RECURSOS:				
Das operações-				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(553.671)	577.090
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante-				
Participações minoritárias	-	-	5.526	10.540
Depreciação	-	-	998.368	856.804
Provisão para perdas prováveis com investimentos	-	-	-	75
Amortizações	-	-	63.263	-
Variações monetárias e cambiais e outros encargos sobre o exigível a longo prazo	-	-	236.279	146.925
Variações monetárias e cambiais e outras receitas sobre o realizável a longo prazo	-	-	120	(1.033)
Variação cambial sobre o investimento	-	-	(26.983)	10
Realização da receita antecipada	-	-	(26.767)	(3.670)
Prejuízo na alienação de imobilizado	-	-	76.398	44.801
Resultado dos contratos de "hedge" de longo prazo	-	-	142.556	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo	-	-	(168.590)	(80.884)
Outras receitas operacionais	-	-	(22.667)	-
	-	-	723.832	1.550.658
De terceiros-				
Aumento do exigível a longo prazo-				
Impostos, taxas e contribuições	-	-	61.844	125.882
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.712.118	555.084
Passivo atuarial - Telos (Nota 22)	-	-	193.424	-
Outras obrigações	12.516	-	-	1.417
Doações e subvenções para investimentos	-	-	-	749
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	-	-	273.778	109.894
Transferência do investimento para o diferido na incorporação da Acessionet (Nota 17)	-	-	202.978	-
Efeito do processo de incorporação ocorrido na controlada Star One	-	-	8.914	-
Efeito do processo de incorporação ocorrido na controlada Star One - minoritários	-	-	27.221	-
Redução do realizável a longo prazo	-	8.098	-	-
Efeito na controladora sobre ajuste no patrimônio da controlada (Nota 22)	191.050	-	-	-
Alienação de imobilizado	-	-	7.938	9.611
Aumento das receitas antecipadas	-	-	48.178	3.576
Alienação de ações	374	2.838	374	2.838
Dividendos/juros sobre o capital próprio a receber	-	261.943	-	-
Admissão de novos sócios em controlada	-	-	-	133.309
Outros	129	-	-	-
Total das origens de recursos	204.069	272.879	3.260.599	2.493.018

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
APLICAÇÕES DE RECURSOS:				
Nas operações-				
Prejuízo (lucro líquido) do exercício	544.757	(577.830)	-	-
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante-				
Resultado de equivalência patrimonial	(539.164)	597.181	-	-
	-----	-----	-----	-----
	5.593	19.351	-	-
Aumento do realizável a longo prazo	6.933	5.583	436.944	231.773
Redução do exigível a longo prazo-				
Controlada/coligadas	-	10.069	-	-
Adições ao investimento	-	-	17.270	210.593
Adições ao imobilizado	-	-	1.465.008	1.420.187
Transferência do investimento para o diferido na incorporação da Acessionet (Nota 17)	-	-	202.978	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos	-	211.510	-	214.170
Recompra de ações	65	5.047	65	5.047
Ajuste de exercício anterior (Nota 22)	191.050	-	191.050	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	-	855.065	279.151
Outras	-	2	-	1.916
	-----	-----	-----	-----
Total das aplicações de recursos	203.641	251.562	3.168.380	2.362.837
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	428	21.317	92.219	130.181
	=====	=====	=====	=====

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:

ATIVO CIRCULANTE:				
No início do exercício	249.202	155.912	3.399.485	2.213.880
No fim do exercício	49.236	249.202	3.377.607	3.399.485
	-----	-----	-----	-----
	(199.966)	93.290	(21.878)	1.185.605
	-----	-----	-----	-----
PASSIVO CIRCULANTE:				
No início do exercício	246.581	174.608	3.611.961	2.556.537
No fim do exercício	46.187	246.581	3.497.864	3.611.961
	-----	-----	-----	-----
	(200.394)	71.973	(114.097)	1.055.424
	-----	-----	-----	-----
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	428	21.317	92.219	130.181
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. OPERAÇÕES E HISTÓRICO

A Embratel Participações S.A. foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.

O Governo Federal vendeu a participação de 19,26% na Embratel Participações S.A. em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, sendo esta adquirida pela Startel Participações Ltda. (subsidiária brasileira da WorldCom).

A Embratel Participações S.A. detém 98,8% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, empresa prestadora dos serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, em consonância com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, a qual expirará em 31 de dezembro de 2005, podendo ser renovada por um período de 20 anos.

A controlada Embratel constituiu, em 1º de Novembro de 2000, a Star One S.A. para gerir as operações de satélites, constituindo-se no principal provedor brasileiro de "transponders" para serviços de radiocomunicação, tais como: (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicações ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão. Na data da constituição, todas as condições relativas aos direitos e obrigações de exploração dos satélites brasileiros foram transferidas para a Star One, que passou a ser detentora da licença para provimento dos referidos serviços até 31 de dezembro de 2005, sem ônus, exceto quando descrito, renováveis por 15 anos.

Os negócios das controladas, Embratel e Star One S.A., são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a autoridade regulamentadora da indústria brasileira de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

São consideradas investimentos temporários de alta liquidez, a serem mantidos até suas datas de vencimento. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, limitados ao valor de mercado, quando aplicável.

b. Contas a Receber de Serviços

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados e outros serviços.

Foi constituída provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

c. Saldos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira estão registrados pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro, quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 9.

d. Investimentos

Referem-se substancialmente a participações em controladas e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos referem-se, principalmente, às participações nas empresas de satélites Intelsat, Inmarsat e New Skies, registradas pelo custo de aquisição, reconhecidos os montantes de variação cambial, e deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável.

e. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada.

As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 16.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

f. Diferido

Refere-se a ágio pago na aquisição da incorporada Acessionet Ltda., o qual está sendo amortizado em 5 (cinco) anos (Nota 17).

g. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro do exercício são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos diferidos são provisionados sobre as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, conforme demonstrado nas Notas 11, 14 e 19.

h. Provisão para Contingências

Está atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 21.

i. Passivo Atuarial - Telos

As controladas Embratel e Star One patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 22). Tanto as contribuições para o plano de benefícios definidos quanto aquelas para o plano de contribuição definida e para o plano de saúde para aposentados são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente.

Os passivos atuariais foram calculados e reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001, conforme estabelecido na deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

j. Receitas Antecipadas

Referem-se a receitas antecipadas na venda de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

k. Reconhecimento das Receitas

As receitas dos serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência, reduzidas de provisão para questionamentos e erros. As receitas dos serviços internacionais incluem receitas geradas pelos acordos entre a controlada Embratel e as entidades estrangeiras de telecomunicações. Esses acordos definem taxas pagas pela controlada às entidades estrangeiras pela utilização dos equipamentos para completar as ligações faturadas fora do Brasil. As receitas relacionadas às ligações internacionais são registradas mensalmente, líquidas dos valores a serem pagos às entidades estrangeiras.

I. Resultado Financeiro

Representa juros e variações monetárias e cambiais decorrentes do resultado de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

Os juros sobre capital próprio - JSCP creditados/debitados compõem o resultado financeiro; no entanto, são revertidos na demonstração de resultados a débito de lucros acumulados no patrimônio líquido.

m. Participação de Empregados nos Resultados

As controladas Embratel e Star One constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, cujo pagamento está sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

n. Participação Minoritária

Refere-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

o. Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações

O lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações está calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços.

p. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer que a Administração faça estimativas e suposições relacionadas com o registro dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis consolidadas, e os valores reportados das receitas e despesas durante o respectivo período. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2001 e 2000 incluem as demonstrações contábeis da Embratel Participações S.A. e de suas controladas, direta ou indiretamente, como se segue:

	Capital social/votante	
	Participação direta e/ou indireta (%)	
	2001	2000
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel	98,8	98,8
Embratel Soluções Ltda.	100,0	100,0
BrasilCenter Comunicações Ltda.	100,0	100,0
Embratel Americas, Inc.	100,0	100,0
Star One S.A.	80,0	80,0
Ponape Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Palau Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Oroluk Telecomunicações Ltda. (1)	-	100,0
Embratel Clearinghouse Ltda. (1)	100,0	-
Embratel Internacional S.A. (3)	100,0	-
Star Sat S.A. (2)	-	100,0

(1) A partir de 2 de abril de 2001, a razão social da controlada Oroluk Telecomunicações Ltda. passou a ser Embratel Clearinghouse Ltda., tendo por objeto social as atividades de (i) análise e processamento de dados; (ii) coleta, roteamento e distribuição de mensagens de sinalização; e (iii) instalação, supervisão, operação e manutenção de redes.

(2) Em 29 de março de 2001, a controlada Embratel incorporou a Star Sat S.A., detentora de 80% do capital social da Star One S.A.

(3) Início das operações em outubro de 2001.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2001	2000
Área de voz-		
Longa distância nacional	4.555.279	3.921.377
Longa distância internacional	857.072	971.921
	-----	-----
	5.412.351	4.893.298
Área de dados-		
Clientes corporativos e outros	1.691.099	1.389.703
Clientes - companhias de telefonia	123.630	215.860
	-----	-----
	1.814.729	1.605.563
Outros serviços	233.876	215.647
	-----	-----
Total	7.460.956	6.714.508
	=====	=====

6. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2001	2000
Remuneração de meios interconexão/facilidades	(3.567.487)	(3.210.104)
Depreciação e amortização	(929.201)	(797.510)
Pessoal	(229.972)	(217.233)
Serviços de terceiros	(160.774)	(136.150)
Outros	(67.368)	(38.270)
	-----	-----
Total	(4.954.802)	(4.399.267)
	=====	=====

As despesas relacionadas à remuneração de meios (interconexão) referem-se aos custos junto às companhias de telefonia fixa local pelo uso de linhas de circuitos privados e custos de interconexão pagos pela controlada Embratel às três companhias regionais de telefonia fixa, de acordo com o regime de interconexão determinado pela Resolução nº 33, que passou a vigorar em 1º de abril de 1998.

7. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Consolidado	
	2001	2000
Provisão para devedores duvidosos	(1.155.498)	(362.878)
Pessoal	(144.887)	(132.528)
Publicidade e propaganda	(145.359)	(249.948)
Depreciação e amortização	(2.882)	(898)
Outros	(130.970)	(49.218)
	-----	-----
Total	(1.579.596)	(795.470)
	=====	=====

8. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2001	2000
Serviços de terceiros, assessoria e consultoria	(215.703)	(147.914)
Tributos	(180.700)	(97.477)
Pessoal	(162.749)	(130.032)
Depreciação e amortização	(129.548)	(58.396)
Outros	(281.103)	(226.893)
	-----	-----
Total	(969.803)	(660.712)
	=====	=====

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receitas financeiras-				
Receitas com aplicações financeiras	1.925	2.273	92.021	148.959
Juros sobre capital próprio	-	189.276	-	-
Variações monetárias ativas	-	-	260	2.618
Variações cambiais ativas	-	-	100.176	51.529
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	1.925	191.549	192.457	203.106
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras-				
Despesas com operações financeiras	(214)	(3.828)	(273.343)	(179.008)
Juros sobre capital próprio	-	(150.665)	(6.520)	(153.017)
Variações monetárias passivas	-	-	(41.710)	(38.622)
Variações cambiais passivas	-	-	(507.384)	(173.792)
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	(214)	(154.493)	(828.957)	(544.439)
	-----	-----	-----	-----
Total	1.711	37.056	(636.500)	(341.333)
	=====	=====	=====	=====

Em 2001, o real acumulou desvalorização de 18,67% em relação à cotação do dólar norte-americano, tendo a Sociedade apurado, por conta disso, despesa com variação cambial no valor de R\$(507.384) no referido período, adicionada dos resultados oriundos dos contratos de "hedge", apurados no ano, no valor de R\$(80.747).

10. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado	
	2001	2000
Receitas-		
Alienação de bens do ativo permanente	7.938	9.611
Consórcios internacionais	40	10.391
Aluguel de infra-estrutura para terceiros	10.354	1.376
Ganho na admissão de novos sócios em controlada	-	132.225
Outras	6.135	47.868
Despesas-		
Baixa de bens do ativo permanente	(84.336)	(54.412)
Patrocínios/incentivos à cultura (Lei Rouanet)	(11.491)	(11.988)
Outras	(4.542)	(23.847)
	-----	-----
Total	(75.902)	111.224
	=====	=====

Em 1º de novembro de 2000 a controlada Embratel constituiu nova empresa, denominada Star One S.A., para atuar na exploração de satélites, através do aporte de alguns ativos e passivos operacionais relacionados ao segmento de satélites. Nessa mesma data foi admitido novo sócio (Société Européene des Satellites S.A.) nesse negócio, o qual adquiriu 19,99% do capital social, tendo ainda a opção de adquirir um percentual adicional de participação de 10%, dentro de dois anos. Por conta dessa transação, a controlada Embratel registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 um ganho no valor de R\$132.225.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A controladora e suas controladas apuram mensalmente as parcelas de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSSL, e recolhem os tributos, quando devidos, com base na estimativa mensal mediante balanço de suspensão, conforme previsto na legislação fiscal vigente. As parcelas de antecipação do IRPJ e da CSSL são contabilizadas sob as rubricas Imposto de Renda - Estimativa e Contribuição Social - Estimativa, sendo que, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, essas contas são consideradas retificadoras dos respectivos passivos específicos (veja Nota 19).

A legislação tributária introduzida em 1995 (Lei nº 8.981) restringiu a compensação dos prejuízos fiscais acumulados e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro a 30% (trinta por cento) dos lucros tributáveis gerados em cada período-base. Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Embratel possuía R\$113.677 de prejuízos fiscais e R\$2.403 de base negativa de contribuição social (em 31 de dezembro de 2000 - R\$111.400 de prejuízos fiscais).

11.1 - Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é composta da despesa corrente, apurada no ano e calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, e da diferida, correspondente ao efeito dos impostos sobre as diferenças temporárias originadas ou realizadas no ano e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 totalizou R\$244.572 e R\$199.850, respectivamente (consolidado), e é resultante do cálculo desses impostos sobre provisão para devedores duvidosos, depreciação acelerada, prejuízos fiscais, impostos temporariamente indedutíveis e outras receitas e despesas temporariamente tributáveis e dedutíveis (Nota 14).

Composição das Receitas (Despesas) com
Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Corrente-				
Contribuição social	(35)	(3.475)	(4.877)	(80.231)
Imposto de renda	(5.896)	(3.861)	(17.607)	(264.931)
	-----	-----	-----	-----
Total de despesas correntes	(5.931)	(7.336)	(22.484)	(345.162)
	-----	-----	-----	-----
Diferido-				
Contribuição social	487	-	66.410	55.266
Imposto de renda	1.385	-	178.162	144.584
	-----	-----	-----	-----
Total de receitas diferidas	1.872	-	244.572	199.850
	-----	-----	-----	-----
Total	(4.059)	(7.336)	222.088	(145.312)
	=====	=====	=====	=====
Contribuição social - receitas (despesas) correntes e diferidas	452	(3.475)	61.533	(24.965)
	=====	=====	=====	=====
Imposto de renda - receitas (despesas) correntes e diferidas	(4.511)	(3.861)	160.555	(120.347)
	=====	=====	=====	=====

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social, apresentada no resultado de 2001, é integralmente oriunda da controlada Star One, a única empresa consolidada que apurou lucro tributável no ano.

11.2 - Conciliação das Receitas (Despesas)
Tributárias com as Alíquotas Nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais, para o valor registrado como receita/despesa de imposto de renda e contribuição social, é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações	(540.698)	623.777	(758.598)	616.700
Participação de empregados nos resultados	-	-	(18.155)	(36.775)
	-----	-----	-----	-----
Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos	(540.698)	623.777	(776.753)	579.925
	-----	-----	-----	-----
Receita (despesa) de contribuição social à alíquota nominal	48.663	(56.140)	69.908	(54.890)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-				
Constituição do crédito sobre receita internacional isenta	-	-	2.261	31.572
CSSL sobre amortização de ágio na incorporação	-	-	(2.380)	-
Ajuste de alíquota de 12% para 9%	-	-	-	(5.138)
Encargos financeiros não dedutíveis	-	-	(4.981)	603
Quebras e perdas de inventário	-	-	-	1.791
Adições e exclusões permanentes diversas (*)	(48.211)	52.665	(3.275)	1.097
	-----	-----	-----	-----
Crédito (despesa) de CSSL na demonstração do resultado	452	(3.475)	61.533	(24.965)
	-----	-----	-----	-----
Receita (despesa) de imposto de renda à alíquota nominal (25%)	135.175	(155.944)	194.188	(144.976)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-				
Reconhecimento do IR sobre receita financeira de julho de 1999 (compensação da CS com RINT)	-	-	-	(4.520)
IRPJ sobre amortização de ágio na incorporação	-	-	(6.611)	-
Encargos financeiros não dedutíveis	-	-	(13.837)	1.676
Quebras e perdas de inventário	-	-	-	4.974
Adições e exclusões permanentes diversas (*)	(139.686)	152.083	(13.185)	22.499
	-----	-----	-----	-----
Crédito (despesa) de IRPJ na demonstração do resultado	(4.511)	(3.861)	160.555	(120.347)
	-----	-----	-----	-----
Total geral	(4.059)	(7.336)	222.088	(145.312)
	=====	=====	=====	=====

(*) Adições e exclusões permanentes na controladora substancialmente referentes à equivalência patrimonial.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% previsto em lei. A contribuição social, por sua vez, foi calculada à alíquota 12% até janeiro de 2000 (alteração estabelecida na Instrução Normativa nº 81/99, de 30 de junho de 1999), e 9% a partir de fevereiro de 2000 (alteração conforme Medida Provisória nº 1991-12, de 14 de dezembro de 1999).

12. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Caixa e bancos	107	15.570	292.932	147.991
Aplicações financeiras no exterior	-	-	136.356	105.872
Títulos e valores mobiliários	20.768	8.066	222.865	168.751
	-----	-----	-----	-----
Total	20.875	23.636	652.153	422.614
	=====	=====	=====	=====

Os títulos e valores mobiliários são representados, principalmente, por títulos de renda fixa. As aplicações no exterior são oriundas de valores de tráfego mútuo recebidos das entidades operadoras de telecomunicações no exterior e convertidas em aplicações de curto prazo.

13. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	2001	2000
Entidades nacionais/clientes	3.125.828	2.759.616
Administradoras estrangeiras	255.519	244.555
	-----	-----
Subtotal	3.381.347	3.004.171
Provisão para devedores duvidosos	(1.452.069)	(550.936)
	-----	-----
Total	1.929.278	2.453.235
	=====	=====

14. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos diferidos ativos-				
Provisão para baixa de ativo fixo	-	-	11.656	28.855
Depreciação acelerada	-	-	32.052	77.287
Prejuízos fiscais	-	-	28.419	27.850
Base negativa de contribuição social	-	-	216	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	493.703	187.318
Ágio na aquisição de investimento	-	-	35.965	-
Cofins/PIS - temporariamente indedutíveis	1.872	-	89.263	74.010
Outros tributos diferidos (provisões)	-	-	132.900	148.317
Imposto de renda retido na fonte	26.376	36.008	52.410	36.895
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	113	609	22.473	654
ICMS	-	-	176.923	88.438
Outros	-	-	20.815	5.188
	-----	-----	-----	-----
Total	28.361	36.617	1.096.795	674.812
	=====	=====	=====	=====
Circulante	28.361	36.617	606.191	406.670
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	-	-	490.604	268.142
	=====	=====	=====	=====

Como parte do acordo de admissão do novo sócio na controlada Star One S.A. em janeiro de 2001, a SES Participações Ltda. (subsidiária brasileira do novo sócio) foi incorporada na referida controlada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no valor de R\$35.965 em 31 de dezembro de 2001, são oriundos dessa incorporação, e foram reconhecidos na referida controlada diretamente ao patrimônio líquido, como reserva especial de ágio, conforme previsto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99.

A decisão pela constituição de ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social está fundamentada no histórico de lucros da Sociedade e suas controladas e em estudo técnico de rentabilidade futura realizado pela Sociedade, no qual estima-se que tal ativo será realizado em, no máximo, cinco anos.

15. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2001	2000
Participação avaliada pela equivalência patrimonial-		
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	5.344.502	6.074.714
Embratel Soluções Ltda.	55	57
Ponape Telecomunicações Ltda.	10	10
Outros investimentos - avaliados pelo custo de aquisição	(29)	100
	-----	-----
Total	5.344.538	6.074.881
	=====	=====

Os detalhes do investimento na controlada Embratel em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como se segue:

	Controlada	
	2001	2000
Capital social realizado	2.700.000	2.500.000
Patrimônio líquido	5.410.903	6.150.187
Valor patrimonial da ação (por lote de mil - expresso em reais)	1.145,44	1.301,95
(Prejuízo) lucro líquido do exercício, após reversão dos juros sobre capital próprio	(545.860)	603.823
Quantidade total de ações (lote de mil)	4.723.844	4.723.844
Quantidade de ações possuídas (lote de mil)	4.665.875	4.665.875
Participação direta	98,8%	98,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(539.162)	597.153
Valor patrimonial do investimento	5.344.502	6.074.714

O saldo consolidado de investimentos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, nos montantes de R\$169.627 e R\$328.352, respectivamente, refere-se substancialmente a participações em empresas internacionais de satélites. Em 31 de dezembro de 2000, o saldo consolidado apresentava o investimento na controlada Acessionet no montante de R\$195.780. Em 23 de julho de 2001, a controlada Embratel incorporou a Acessionet (Nota 17).

16. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		2001		2000	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Obras em andamento	-	1.551.887	-	1.551.887	1.222.094
Equipamentos de comutação	7,69	1.565.725	(612.977)	952.748	791.568
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	7.135.725	(3.254.727)	3.880.998	4.170.015
Prédios e canalização	4,00	1.245.618	(602.878)	642.740	662.244
Outros ativos	5,00 a 20,00 (*)	1.696.556	(875.500)	821.056	621.204
Total		13.195.511	(5.346.082)	7.849.429	7.467.125

(*) Exceto para os terrenos que em 31 de dezembro de 2001 e 2000 totalizavam R\$189.660 e R\$165.918, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2001, os bens totalmente depreciados montam a R\$1.451.197 (R\$1.523.714 em 31 de dezembro de 2000).

Alguns ativos imobilizados estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

17. DIFERIDO

Em 23 de julho de 2001, a controlada Embratel incorporou a até então controlada Acessionet Ltda., transferindo o ágio pago na aquisição da Acessionet, ocorrida em dezembro de 2000, para conta específica do ativo diferido, conforme determinado na Instrução CVM nº 319/99 para os casos em que o ágio pago for fundamentado economicamente, na expectativa de resultados futuros.

18. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	Consolidado	
	2001	2000
Fornecedores	1.188.446	1.060.645
Administrações estrangeiras	275.235	234.817
Consignações a favor de terceiros/outras	105.442	109.622
	-----	-----
Total	1.569.123	1.405.084
	=====	=====

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos indiretos-				
ICMS	-	-	104.372	274.807
PIS/Cofins	5	6.915	30.008	40.452
PIS/Pasep - exigibilidade suspensa	-	-	94.176	88.338
Cofins - depósito judicial (majoração da alíquota de 2% para 3%)	12.516	5.583	186.565	125.918
ISS	-	-	8.084	7.069
Outros	-	-	9.905	8.821
Tributos sobre a renda-				
IRRF sobre JSCP	22.601	22.601	22.601	51.154
IRPJ - exigibilidade suspensa- Resolução nº 82/92 do Senado Federal	-	-	179.612	165.140
IRPJ - estimativa	-	7.336	-	55.513
CSSL - estimativa	-	-	-	13.522
Tributos diferidos passivos-				
Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar	-	-	44.447	48.025
	-----	-----	-----	-----
Total	35.122	42.435	679.770	878.759
	=====	=====	=====	=====
Circulante	22.606	42.435	450.308	709.446
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	12.516	-	229.462	169.313
	=====	=====	=====	=====

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	2001			2000
	Principal	Juros	Total	Total
Instituições financeiras	3.633.434	61.090	3.694.524	2.160.130
Fornecedores	33.124	462	33.586	86.159
	-----	-----	-----	-----
Total	3.666.558	61.552	3.728.110	2.246.289
	=====	=====	=====	=====
Circulante	1.029.193	50.760	1.079.953	881.899
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	2.637.365	10.792	2.648.157	1.364.390
	=====	=====	=====	=====

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras foram substancialmente contratados em moeda estrangeira, sendo que parte dessa dívida está protegida contra a desvalorização do real por meio de operações de "swap" (Nota 26), conforme demonstrado abaixo:

	Montante	%	Custo médio da dívida	Prazo
Curto prazo-				
Dívida "hedgeada" (valor nocional)	678.642	62,8	98,97% CDI a.a.	Até 12 meses
Dívida "não-hedgeada"	401.311	37,2	9,13% a.a. em moeda estrangeira(I)	Até 12 meses
	-----	-----		
Total de dívidas de curto prazo	1.079.953	100,0		
	=====	=====		
Longo prazo-				
Dívida "hedgeada" (valor nocional)	1.182.361	44,6	98,54% CDI a.a.	Até 2,66 anos
Dívida "não-hedgeada"	1.465.796	55,4	8,93% a.a. em moeda estrangeira (I)	Até 8,79 anos
	-----	-----		
Total de dívida de longo prazo	2.648.157	100,0		
	=====	=====		
Total-				
Dívida "hedgeada"	1.861.003	49,9		
Dívida "não-hedgeada"	1.867.107	50,1		
	-----	-----		
Total de dívida (ii)	3.728.110	100,0		
	=====	=====		

(i) Várias taxas de juros em diferentes moedas expressas em seus equivalentes em dólares norte-americanos, como se todos os empréstimos fossem denominados em US dólar. A composição da dívida por moeda está resumida no item (c) desta nota.

(ii) Adicionado do saldo a pagar por conta dos contratos de "hedge" - R\$152.208 em 31 de dezembro de 2001.

A política da Sociedade é de proteger contra a desvalorização cambial todas as novas captações de prazo inferior a três anos. Essa política tem como objetivo alcançar equilíbrio entre preservar o caixa e proteger o balanço de oscilações significativas nas taxas de câmbio.

Os financiamentos com fornecedores são contratados em moeda estrangeira e referem-se a compra de equipamentos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços de telecomunicação nacional e internacional.

a. Modalidade/Finalidade

	2001	2000
Moeda nacional-		
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	34.498	28.631
	-----	-----
Total em moeda nacional	34.498	28.631
	=====	=====
Moeda estrangeira-		
Capital de giro	2.163.423	1.120.366
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	1.496.603	1.011.133
Fornecedores	33.586	86.159
	-----	-----
Total em moeda estrangeira	3.693.612	2.217.658
	=====	=====

b. Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser liquidada como se segue:

Ano	2001	2000
2002	-	539.381
2003	1.295.478	236.570
2004	611.620	224.140
2005	326.014	139.779
2006 em diante	415.045	224.520
	-----	-----
Total	2.648.157	1.364.390
	=====	=====

c. Composição da Dívida por Moeda

Atualizado pelo	2001		2000	
	Taxa de câmbio em 31 dezembro (em R\$)	Valor	Taxa de câmbio em 31 dezembro (em R\$)	Valor
Real	-	34.498	-	28.631
Dólar norte-americano	2,320400	2.634.208	1,955400	1.718.922
Franco francês	0,313113	165.745	0,280771	172.561
Marco alemão	1,050140	10.580	0,941667	10.947
Iene japonês	0,017704	883.079	0,017082	315.228
		-----		-----
Total		3.728.110		2.246.289
		=====		=====

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por notas promissórias.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No curso normal dos negócios, a controlada Embratel está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais, as quais foram ou podem vir a ser levantadas, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, administrativa, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências discutidas a seguir envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou da indústria de telecomunicações, que surgiram em função da margem a diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, cabe mencionar que a maioria das questões discutidas a seguir são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, os quais estavam fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Embratel acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade.

Os detalhes das principais causas atualmente em curso estão descritos a seguir:

a. Disputa Comercial com Terceiros

A controlada Embratel foi notificada de decisão proferida no curso de arbitragem administrada pela Corte Internacional de Arbitragem - CCI, Paris, onde ela e outra empresa discutiam créditos e direitos resultantes de infringências contratuais.

Dado que a decisão arbitral entendeu procedente parte do alegado pela outra empresa, o que resulta no pagamento de indenização, a Sociedade reconheceu nas demonstrações contábeis provisão no valor de R\$11.340.

b. Reclamações Trabalhistas

A provisão para reclamações trabalhistas totalizou R\$22.233 em 31 de dezembro de 2001 (R\$27.335 em 31 de dezembro de 2000). Essa quantia representa a estimativa da Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, das perdas prováveis relativas a diversos processos iniciados por atuais e antigos empregados. Adicionalmente, a Sociedade possuía, em 31 de dezembro de 2001, R\$28.839 ainda relativos a tais processos, que foram avaliados por seus consultores legais como probabilidade de perda possível.

b.1 - INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Em 5 de setembro de 2001, a controlada Embratel tomou ciência da decisão desfavorável do Conselho de Recursos da Previdência Social, em processo no qual se discutia a incidência da contribuição previdenciária ao INSS sobre determinadas verbas que eram pagas à época, tais como abono de férias, seguro de vida, etc., sendo que o montante do débito, decorrente da autuação, é de R\$55.000. Tendo sido esgotadas todas as instâncias administrativas, e mantida a autuação, a Sociedade impetrou, imediatamente, medida judicial para anulação do débito fiscal. Tendo em vista os argumentos apresentados pela Sociedade, mais de 70% do crédito encontra-se com sua exigibilidade suspensa, independentemente de depósito ou garantia, por força de antecipação de tutela concedida pelo Juízo. A parcela que não foi abrangida pela aludida antecipação, no valor de R\$22.930 encontra-se depositada judicialmente. Diante das boas chances de êxito na discussão judicial e tendo em vista análise feita internamente e pelos consultores externos da Sociedade que identificaram uma série de equívocos na apuração dos valores levantados pelo INSS, nenhuma provisão foi constituída por conta desta causa.

c. Contingências Fiscais

c.1 - Retenção de Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações

A controlada Embratel efetua pagamentos regulares a companhias internacionais de telecomunicações referentes a ligações oriundas do Brasil e encerradas no exterior (tráfego sainte). A legislação fiscal brasileira, genericamente, determina a retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados (remessas) referentes aos serviços prestados por companhias situadas no exterior. Entretanto, com base em pareceres jurídicos e decisões do Ministério da Fazenda dos anos de 1952 e 1953, a Sociedade não retém o citado imposto.

Além disso, vige no Brasil a Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada em Nairóbi, Quênia (Tratado de Nairóbi) em 6 de novembro de 1982, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 55, de 4 de outubro de 1989, ratificado pela Carta Presidencial de 21 de janeiro de 1990 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 70, de 26 de março de 1991.

Conseqüentemente, impera na jurisdição a obrigatoriedade de serem observados os regulamentos administrativos exarados no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, da qual o Brasil é país-membro. Desse modo, entende a Administração estar assegurada à controlada Embratel a isenção de imposto de renda na fonte sobre as remessas efetuadas ao exterior a operadoras de telefonia que prestam serviços de complemento de ligações oriundas do Brasil, em virtude do estabelecido no Regulamento Internacional de Telecomunicações, aprovado em Melbourne, Austrália, em 9 de dezembro de 1988.

Em 8 de fevereiro de 1999, a Sociedade formulou consulta para as autoridades fiscais sobre essa matéria. Em 3 de setembro de 1999, a Sociedade tomou ciência da resposta à consulta formulada em 8 de fevereiro de 1999, na qual a autoridade fiscal exarou o entendimento de que a isenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as remessas para o exterior somente deve ser aplicada a partir de 19 de outubro de 1998, nos termos do Decreto nº 2.962/99, promulgador da Constituição e da Convenção da UIT. A autoridade fiscal também reconheceu que o imposto de renda na fonte sobre os valores remetidos pela controlada Embratel para as operadoras de telecomunicações no

exterior deve observar o artigo 7º do Modelo OCDE adotado pelo Brasil em matéria de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação da renda, desde que não haja nenhuma ressalva nos tratados específicos ou em protocolo adicional.

De qualquer forma, a Sociedade decidiu impetrar Mandado de Segurança junto ao Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual, em 30 de setembro de 1999, obteve deferimento de medida liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário decorrente da consulta em comento.

Em 23 de dezembro de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$410.697 pela não-retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados entre dezembro de 1994 e outubro de 1998. Tal imposição, além de considerar indevidamente a base de cálculo para fins de lançamento, desconsiderou a análise dos tratados bilaterais de tributação mencionados expressamente na resposta da autoridade fiscal à consulta formulada. A Sociedade também se defendeu desse Auto de Infração apresentando sua defesa administrativa, a qual se encontra em análise pelas autoridades fiscais.

Por provocação do Ministério das Comunicações, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu, em 31 de outubro de 2000, um parecer sobre as contingências fiscais relacionadas a essa matéria e ao imposto de renda sobre resultado internacional entrante (item c.2 a seguir). Esse parecer, posicionando-se pela legitimidade da cobrança, externa a posição do executivo do Governo Federal e contraria a posição da Sociedade. No entanto, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre essa causa, na medida em que a decisão final será tomada pelos órgãos julgadores competentes.

No que tange ao processo judicial junto a 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2002, foi publicada sentença que julgou improcedente o Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se entretanto suspensa a exigibilidade do crédito em face da apresentação de fiança bancária até o trânsito em julgado. A Sociedade recorreu dessa decisão.

Com base nos argumentos expostos e na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Sociedade, que avaliam como remota a perda da Sociedade na causa, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis por conta dessa causa.

c.2 - Imposto de Renda sobre Resultado Internacional Entrante

A controlada Embratel, baseada na opinião de seus consultores legais, julga que a receita operacional dos serviços de telecomunicações gerada no exterior (tráfego entrante) não está sujeita a tributação, já que o advento da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não teria revogado a isenção concedida por lei específica.

Por conta dessa matéria, no final do mês de março de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$287.239 pelo não-recolhimento do imposto de renda nos anos de 1996 e 1997. No final de abril de 1999, a controlada Embratel entrou com defesa administrativa contra essa autuação, que se encontra em primeira instância para julgamento.³

No entanto, a Sociedade julgou conveniente efetuar o recolhimento do imposto para o período de agosto a dezembro de 1998, no montante de R\$34.320 (incluídos os juros), dando continuidade nos meses que se sucedem até que essa questão seja resolvida, ficando, assim, livre de penalidades, sem prejuízo de pleitear, no momento oportuno, a

restituição dos valores recolhidos. Esse montante foi registrado como despesa nas demonstrações contábeis e pago no primeiro trimestre de 1999.

Em 17 de junho de 1999, a Embratel foi autuada pelo não-pagamento de imposto de renda sobre resultado internacional entrante relativo ao exercício de 1998, totalizando R\$64.396. A Sociedade continuará pagando imposto de renda sobre o resultado internacional entrante até que seja resolvida a controvérsia tributária. A controlada Embratel também se defendeu desse auto de infração apresentando sua defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente, dada uma parcela a maior da exação, tendo apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes, o qual, em 12 de julho de 2000, foi julgado desfavorável à Sociedade. Em decorrência dessa decisão, a Embratel ingressou com recurso na Câmara Superior de Recursos Fiscais em 16 de março de 2001.

O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) emitido em 31 de outubro de 2000 (veja item c.1 acima) também externa a posição do executivo do governo federal, o qual contraria a posição da Sociedade. No entanto, nessa questão, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos também entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre esta causa.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos autos de infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

c.3 - ICMS sobre Serviços Prestados

Até o advento da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996), as operadoras locais de telefonia faturavam e recolhiam o ICMS na prestação do serviço de telefonia fixa com base de cálculo reduzida correspondendo a uma alíquota efetiva de 13%, em razão do Convênio ICMS nº 27, de 29 de março de 1994.

Com a entrada em vigor da referida Lei Complementar (16 de setembro de 1996), as empresas operadoras de telecomunicações do Sistema Telebrás foram instadas a não mais tributar as chamadas destinadas ao exterior.

Atualmente, algumas autoridades fiscais vêm autuando certas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações locais em decorrência do não recolhimento do ICMS nos serviços internacionais.

A controlada Embratel recebeu algumas autuações pelo não pagamento de ICMS oriundo de serviços prestados, incluindo serviços no campo internacional e de outros entendidos pela Sociedade como isentos ou não tributáveis. A Administração da Sociedade, com base nos fatos atualmente disponíveis, avaliou como remota a probabilidade de perda da Sociedade em boa parte dessas autuações. Aquelas autuações cujas chances de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos montam em aproximadamente R\$290 milhões em 31 de dezembro de 2001. Em decorrência desta avaliação, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.

Paralelamente, a controlada está participando, efetivamente, do esforço, no sentido de demonstrar às autoridades fiscais o impacto econômico nocivo dessa discutida carga tributária se incidente nos citados serviços, bem como a imprescindibilidade de se estabelecer um regime jurídico tributário mais adequado ao setor.

c.4 - Contribuições ao PIS/Cofins

Em 21 de agosto de 2001, a controlada Embratel recebeu duas autuações da Receita Federal relacionadas as Contribuições ao PIS/Cofins de anos anteriores, cujo montante total, incluindo multas e juros, é de R\$501 milhões. A primeira autuação - R\$159 milhões - está relacionada ao recolhimento do PIS antes de 1995, os quais foram compensados dentro dos critérios da Lei Complementar nº 7/70. Em casos semelhantes, tanto o Conselho de Contribuintes, e mais recentemente o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por decisão de sua 1ª Seção, foram favoráveis à compensação nos moldes procedidos pela Sociedade. A segunda autuação, no valor de R\$342 milhões, está relacionada à isenção do Cofins em exportação de serviços de telecomunicações, por receitas geradas até 1999. A Embratel entende que essas receitas estavam sujeitas à isenção, nos termos da legislação então em vigor, possuindo pareceres jurídicos externos nesse sentido. Ainda em relação à autuação da Cofins, foram detectados erros substanciais nos cálculos feitos pela fiscalização para fins de lançamento, os quais podem reduzir de imediato a autuação em R\$226 milhões. Ainda neste processo foram apresentados outros fatos e argumentos que demonstram a fragilidade da autuação, permitindo expor a autoridade julgadora a improcedência da mesma em sua integralidade.

A Administração da Sociedade, com base nos fatos e argumentos levantados, além da opinião de seus consultores externos, avaliou como remota a probabilidade de perda nessas autuações, não tendo, portanto, sido constituída nenhuma provisão.

d. Outros Impostos

A determinação da maneira pela qual impostos federais, estaduais e municipais são aplicados sobre as operações da Sociedade está sujeita a diversas interpretações devido à natureza única dessas operações. A Administração da Sociedade acredita que a interpretação das obrigações fiscais desta está substancialmente de acordo com a legislação atual. Conseqüentemente, quaisquer mudanças no tratamento fiscal sobre essas operações irão resultar de novas legislações ou regras interpretativas por parte das autoridades fiscais.

e. Contingências Junto à Anatel e à Justiça do Estado de São Paulo

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel foi oficialmente notificada pela Anatel para pagar multa proveniente do processo sancionatório relativo ao período no qual as operadoras efetivaram a mudança no código de discagem.

A Sociedade impetrou medida judicial contestando a validade do procedimento sancionatório e obteve (i) liminar no sentido de afastar a cobrança da multa e (ii) manifestação favorável do Ministério Público. Entretanto, em 24 de abril de 2001 o Juízo de primeira instância decidiu por manter o pagamento da multa, tendo, no entanto, julgado procedente o pedido da Sociedade de redução da multa de R\$55 milhões para R\$50 milhões. A Sociedade recorreu da decisão ao Tribunal e obteve provimento judicial preliminar para afastar a cobrança da multa enquanto discute a questão na segunda instância judicial.

Pelo mesmo fato, o Estado de São Paulo e a Fundação Procon impetraram ação civil pública junto à 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, sendo que, em 30 de março de 2000, foi divulgada sentença de primeira instância condenando a Sociedade e a operadora local a pagarem multa de R\$30 milhões e a devolverem aos usuários de telefonia do Estado de São Paulo os valores relativos às ligações telefônicas realizadas no período de 3 a 12 de julho de 1999. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal e aguarda a decisão.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, que avaliam como possível a probabilidade de perda da Sociedade nestas causas, os valores correspondentes às referidas penalidades não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

22. PASSIVO ATUARIAL - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel patrocina dois planos de pensão: benefício definido e contribuição definida, bem como plano de assistência médica para os aposentados participantes do plano de benefício definido, todos administrados pela Telos. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para o exercício de 2001, que é a mesma prevista para o exercício de 2002, é de 19,8%, incidente sobre o salário dos participantes ativos deste plano (39 participantes).

Subseqüentemente à privatização, a Sociedade elaborou plano de contribuição definida, através da Telos, o qual foi revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, e que também passou a ser patrocinado pela controlada Star One a partir de 1º de novembro de 2000. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido. Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário do participante, além da contribuição extraordinária, prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para os casos de incapacidade e morte.

Em 1º de setembro de 1999 foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos será paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. Sobre o saldo não amortizado, são apropriados rendimentos mensais e sucessivos, correspondentes à aplicação da taxa de valorização dos ativos da Telos. O referido passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2001, monta à importância de R\$226.425 (R\$272.828 em 31 de dezembro de 2000), o qual não está incluído no total dos ativos dos planos indicados a seguir.

Os planos de pensão e de assistência médica patrocinados pelas controladas Embratel e Star One, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do Ibracon sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas.

**Conciliação dos Ativos e Passivos a Serem Reconhecidos
nas Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2001:**

	Plano de benefício definido ⁽¹⁾	Plano de contribuição definida ⁽²⁾	Plano médico ⁽³⁾
Valor presente das obrigações atuariais	(744.374)	(803.547)	(246.665)
Valor justo dos ativos do plano	778.939	591.905	53.241
	-----	-----	-----
(Passivo)/ativo atuarial líquido	34.565	(211.642)	(193.424)
	=====	=====	=====

(1) Ativo atuarial não contabilizado.

(2) O passivo atuarial foi contabilizado em 1º de setembro de 1999 quando da assinatura do Termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial.

(3) Valor contabilizado em 31 de dezembro de 2001 na controlada Embratel em contrapartida ao patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores.

Principais premissas atuariais utilizadas na data do balanço:

(i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	Inflação + 6,0% a.a.
(ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 9,0% a.a.
(iii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	Inflação + 0,0% a.a.
(iv) Taxa anual de inflação a longo prazo	5,0% a.a.
(v) Crescimento dos custos médicos	Inflação + 5,54% a.a.

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial:

	2001	2000
Saldo inicial - passivo a descoberto (*)	272.828	318.889
Ajustes para os rendimentos percentuais sobre os ativos do plano	42.405	38.437
Pagamentos efetuados durante o exercício	(88.808)	(84.498)
	-----	-----
Plano de contribuição definida	226.425	272.828
Plano de assistência médica	193.424	-
	-----	-----
Total	419.849	272.828
	=====	=====
Curto prazo	61.506	61.725
	=====	=====
Longo prazo	358.343	211.103
	=====	=====

(*) O passivo a descoberto de R\$272.828 em 1º de janeiro de 2001 representou o valor devido pelo patrocinador do plano para os participantes que migraram do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. Essa obrigação está sendo amortizada por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 1999 (de acordo com cronograma específico de fluxo de caixa). Qualquer saldo não pago é ajustado mensalmente com base no retorno dos ativos da carteira naquela época, sujeito a aumento mínimo baseado no IGP-DI mais 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2001, o passivo a descoberto monta a R\$226.425.

Do ponto de vista patrimonial, as demonstrações contábeis da Telos, em 31 de dezembro de 2001, examinadas por outros auditores independentes apresentavam os seguintes saldos:

Reservas técnicas-	
Reservas matemáticas	1.569.831
Plano de benefício definido-	
Benefícios concedidos	741.990
Benefícios a conceder	7.389
Plano de contribuição definida-	
Benefícios concedidos	221.908
Benefícios a conceder	598.544
Superávit técnico	77.812

Total das reservas	1.647.643
	=====
Ativos dos planos-	
Mercado de renda fixa	1.311.580
Mercado de renda variável	251.216
Mercado imobiliário	83.808
Operações com participantes	36.269

Total dos ativos dos planos	1.682.873
	=====
Contribuições das patrocinadoras no período	26.454
	=====

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do exercício de 2001, é de R\$2.273.913, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. Os valores patrimoniais das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são de R\$15,99 e R\$18,19, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passou a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.466.667 mil ações preferenciais, de sua própria emissão, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02.

No decorrer do exercício findo em 2001, a Sociedade alienou 13.333 mil ações ao preço médio de R\$23,13 por lote de mil ações, o que resultou em deságio de R\$65 também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 23.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos, a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2001, o resultado ajustado da Sociedade, base para distribuição de dividendos, apresentava prejuízo.

e. Plano de Opções de Compra de Ações

O plano de opções de compra de ações foi aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 e é regulamentado pela Comissão de Administração do plano de opção de compra de ações, nos limites de sua competência. O plano concede a opção de compra de ações preferenciais aos diretores e empregados a preço de mercado na data da outorga, na proporção de 25% em cada período, sendo o primeiro a contar de oito meses da data da outorga, e os demais, a cada mês de janeiro a partir de 2003, e dentro do limite máximo de dez anos para exercício do direito. Até o terceiro trimestre de 2001 o valor de mercado na data da outorga era corrigido pelo IGP-M até a data do exercício, na proporção de 33,33% em cada período base, a contar de um ano da data da outorga, também dentro do limite máximo de 10 anos.

As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos. As informações relativas ao plano de opções de compra estão sumariadas a seguir:

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)-	
Opções em aberto em 31 de dezembro de 1999	1.762.667
Opções ofertadas em 2000	2.048.265
Opções exercidas em 2000	(122.700)
Opções vendidas em 2000	(4.800)
Opções canceladas em 2000	(130.000)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 2000	3.553.432

Opções ofertadas em 2001	3.106.904
Opções vendidas em 2001	(13.333)
Opções canceladas em 2001	(382.292)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 2001	6.264.711
	=====
Preço médio ponderado de exercício das opções de compra em 31 de dezembro de 2001 (por lote de mil ações, expresso em reais)-	
Opções outorgadas em 2001	6,53
	====

f. Conciliação Entre o Lucro Líquido da
Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, a conciliação entre o resultado do exercício da controladora e consolidado se apresentava como se segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Controladora	(544.757)	577.830
Reconhecimento dos efeitos do processo de incorporação ocorrido na controlada Star One (Nota 14)	(8.914)	-
Prejuízos nas controladas BrasilCenter e Embratel Américas (registrados diretamente no patrimônio líquido da controladora Embratel)	-	(740)
Consolidado	----- (553.671) =====	----- 577.090 =====

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A partir da privatização, as principais transações com empresas relacionadas passaram a ser com a WorldCom, as quais são realizadas em condições usuais de mercado para esses tipos de operações. Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2001 e 2000 decorrentes dessas transações são como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
ATIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras (tráfego de telefonia)- WorldCom	-	-	61.254	59.206
Dividendos propostos	-	60.845	-	-
Juros sobre o capital próprio - Embratel	-	128.066	-	-
PASSIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras (tráfego de telefonia)- WorldCom	-	-	44.018	25.438
Proceda	-	-	1.300	-
Outras	-	-	615	-
Juros sobre o capital próprio - Startel	-	24.775	-	24.775
Dividendos propostos - Startel	-	11.771	-	11.771
Outras obrigações	3	100	39.091	18.615
RESULTADO:				
Receitas operacionais líquidas-				
Tráfego internacional WorldCom	-	-	135.616	152.448
Custo dos serviços prestados-				
Tráfego internacional WorldCom	-	-	(74.460)	(48.496)
Proceda	-	-	(5.623)	-
Outras	-	-	(1.570)	-
Gerais e administrativas-				
Taxa de administração WorldCom	-	-	(37.969)	(67.367)
Receita financeira-				
Financiamento Proceda	-	-	-	1.759
Receita de juros sobre capital próprio - Embratel	-	189.276	-	38.611
Despesa de juros sobre capital próprio - Startel	-	(29.148)	-	(29.148)

Em conformidade com o contrato de concessão com a Anatel e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária em 18 de novembro de 1998, foram apropriados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2001 e 2000, na conta Despesas Gerais e Administrativas, os valores de R\$37.969 e R\$67.367, respectivamente, relativos à prestação de serviços de consultoria a favor da WorldCom International, Inc., empresa controlada pela WorldCom.

25. SEGUROS (NÃO AUDITADOS)

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Embratel mantinha contrato de seguro na modalidade de Riscos Operacionais, abrangendo equipamentos próprios e de terceiros em suas dependências, e contemplando cobertura para Lucros Cessantes, no valor total de R\$9.440.548 (R\$9.659.915 em 2000). Os ativos e as responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, a valores que cobrem o valor contábil dos ativos segurados, de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Considerações Gerais

A controlada Embratel participa de operações que envolvem instrumentos financeiros que se destinam a reduzir a exposição a riscos de variação de moeda e de juros, que, em geral, envolvem a alteração de indexadores e/ou taxas de rendimentos/juros de aplicações financeiras e empréstimos. A administração desses riscos é efetuada através de estratégias de operação e determinação de limites.

b. "Swap" de Juros e Moedas

A controlada Embratel efetuou operações de derivativos com o intuito de proteção contra a oscilação de taxas de juros externas e moedas estrangeiras em relação ao real. Os valores nominais dessas operações, no final dos exercícios de 2001 e 2000, totalizaram R\$1.692.057 e R\$804.905, respectivamente, e não são registrados no balanço patrimonial.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados em Resultado Financeiro, na demonstração do resultado, de acordo com o período de competência.

c. Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

Disponibilidades, Contas a
Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Tributos Diferidos - Ativos e Passivos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela taxa de juros de longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos associados a cada instrumento, utilizando-se as taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.

Limitações

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, cujos saldos contábeis são diferentes dos valores de mercado, são sumariados a seguir:

	Consolidado			
	2001		2000	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Tributos diferidos e a recuperar	1.096.795	952.732	674.812	590.348
	-----	-----	-----	-----
Ativos	1.096.795	952.732	674.812	590.348
	=====	=====	=====	=====
Impostos, taxas e contribuições	679.770	622.300	878.759	824.746
Empréstimos e financiamentos	3.728.110	3.559.376	2.246.289	2.155.563
	-----	-----	-----	-----
Passivos	4.407.880	4.181.676	3.125.048	2.980.309
	=====	=====	=====	=====

27. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2001 e 2000, os honorários dos administradores, no valor de R\$398 (R\$7.151 consolidado) e R\$300 (R\$3.567 consolidado), respectivamente, foram apropriados na rubrica Despesas Operacionais.

28. COMPROMISSOS COM ANATEL (NÃO AUDITADOS)

A tabela abaixo apresenta compromissos com qualidade, demanda e tráfego, conforme estabelecido no protocolo de compromisso para 2002, e a situação da controlada Embratel em 31 de dezembro de 2001.

Indicador	Situação em dezembro de 2001	Meta para 2002
Taxa de chamadas de longa distância nacional, completadas em cada período de maior movimento do serviço telefônico fixo comutado-		
Matutino	60,9%	65,0%
Vespertino	60,1%	65,0%
Noturno	58,9%	65,0%
Taxa de chamadas completadas para serviços com atendimento por telefone em até dez segundos em cada período de maior movimento do serviço telefônico fixo comutado-		
Matutino	95,2%	93,0%
Vespertino	95,2%	93,0%
Noturno	95,9%	93,0%
Solicitação de reparo de telefones de uso público, por 100 telefones em serviço, por mês	7,5	12
Número de contas com reclamação de erro em cada mil	1,17	3
Quantidade de Telefones de Uso Público (TUP) em serviço na área de concessão de serviços	1.098	(*)

(*) Não há, na regulamentação, uma meta fixa para esse indicador.

Em 2001 o Brasil se aproximou da desregulamentação plena das telecomunicações, prevista para 2005, com o anúncio do "unbundling" (direito de uso de rede externa da concessionária local por outras operadoras) realizado em novembro de 2001 pela Anatel.

Tendo em vista que a iniciativa da Anatel propicia a competição real no mercado de telefonia urbana, a Embratel está se preparando para oferecer o serviço local já em 2002, antecipando em mais de doze meses os compromissos de universalização assumidos no contrato de concessão assinado em 1998 e previstos para dezembro de 2003.

As medidas tomadas com objetivo de atendimento a tais compromissos incluem a instalação de 1001 TUPs - Telefone de Uso Público - em localidades remotas de todo o Brasil, bem como a interligação de todas as capitais dos estados por meio de transmissão digital, ambos concluídos em outubro de 2001.

* * * * *